

Paulo Henrique Duque Santos¹

Veredas dos sertões da Bahia: economia e sociedade nos relatos de viajantes

Introdução

O viajor, que durante os meses seccos conduzir numerosa tropa de burros, através do sertão da Bahia, pela estrada que tomámos, jamais terá certeza de alcançar, com um animal siquer, o fim da viagem.

Não deve recear pela segurança individual, nem pela necessaria alimentação, pois encontrará, diariamente, uma ou mais fazendas. Mas, agua e forragem para as bestas de carga são, por vezes, escassas e podem faltar completamente, por ocasião de prolongada secca; então, os animaes morrerão rapidamente e o viajante ficará desamparado, com a bagagem, á mercê da bondade dos sertanejos.

No primeiro dia de viagem o novo tropeiro se occupou em nos referir, a proposito, muitos casos de taes desgraças e, comparando suas narrativas com a região por onde passavamos, viamo-nos ameaçados, por uma possibilidade igualmente triste (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 25-26).

Se os caminhos de Malhada,² com suas serras vigorosas e matas selvagens, eram temidos por moradores daquele pequeno povoado,

¹ Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCHVI, campus de Caetitê. E-mail: phduque@gmail.com.

² Antigo entreposto de gado e outros negócios entre o sertão baiano e as províncias de Minas Gerais e Goiás, à margem do rio São Francisco. O topônimo pode ter sua origem nas malhadas – áreas coletivas de ajuntamento de gado para pernoite, ferra ou junta (SILVA, 1997, p. 126). O autor informa também sobre a junta e origem da vaquejada: “Junto de muitas fazendas e currais permaneciam misturados os animais de vários

por certo deveriam assustar sobejamente jovens exploradores estrangeiros pouco acostumados aos percalços de viagens em condições tão adversas.³ Entre os anos de 1817 e 1820, os naturalistas bávaros Spix e Martius percorreram vastas extensões territoriais da velha colônia e penetraram os sertões da Bahia em “viagem [que partiu] de Malhada pelo interior da província [...] à capital, Bahia de Todos os Santos”.⁴

No início da década de 1830, Alcide Dessalines d’Orbigny (1976, p. 109-111, grifos nossos), naturalista francês, embrenhou-se pelo sertão por caminho inverso ao percorrido por Martius e Spix: partiu de “São Salvador” para Minas, “[...] em companhia de alguns comerciantes que iam fazer uma viagem de negócios [àquela] região [...]”. Ao fim de sua viagem pelo sertão baiano, nos povoados de Malhada e Carinhanha, alerta aos intrépidos viajantes sobre as dificuldades das estradas:

Se não tiver [...] a precaução de levar várias mulas de muda, corre o risco de ficar sem animal de montaria durante a viagem. A água e a forragem faltam, quase sempre, nos pousos

proprietários, só separados por ocasião da junta, quando se recolhia o gado para formar as boiadas que seriam comercializadas. Durante as juntas, e em virtude do uso comum dos pastos, muitas vezes um vaqueiro levava animais de outros proprietários junto com os seus. Somente através da marca ou ferro podia-se reconhecer a posse de cada animal, o que durante as juntas era bastante difícil. Assim, estes animais eram anotados e objeto de posterior indenização, troca ou permuta, sendo ponto de honra para o vaqueiro o correto trato com o animal alheio, característica geral da sociedade agrária brasileira. No Ceará, com seus amplos espaços vazios, as juntas englobavam, muito freqüentemente, um importante número de reses de vizinhos. Impunha-se, então, um grande encontro para a troca dos animais. Tais encontros de vaqueiros e suas boiadas darão origem às vaquejadas: momentos importantes de convívio social e mecanismo que assegura a correta posse dos animais. Era festa no sertão” (IBID, p. 125).

³ Ao tratar sobre os infortúnios das expedições de paulistas pelos sertões do país, Holanda (1994, p. 91) diz que: “Não só as moléstias, mas ainda a fome, a sede, o gentio brabo, os animais peçonhentos e agressivos, compunham um vasto cortejo de ameaças, contra as quais deveriam precaver-se os que se embrenhavam na selva.”

⁴ A viagem ao sertão da Bahia ocorreu no ano de 1818. Na apresentação do livro para a sua edição em 1916, Theodoro Sampaio descreve o trajeto percorrido pela expedição: “[...] descrição do sertão do S. Francisco e do Alto Rio de Contas, com trajecto da Carinhanha, por Monte Alto, Caetitê e Villa Velha; a do Bom Jesus sobre os montes da Itubira; a das lavras diamantinas, com os seus poços e grunas no turvo Paraguassú; a das mattas virgens dentre o Sincorá e a chapada de Maracás” (SPIX; MARTIUS, 1938, p.11).

do caminho, e, quando os animais morrem – o que acontece freqüentemente – fica-se à mercê da benevolência e da generosidade dos sertanejos (d'ORBIGNY, 1976, p. 112).⁵

As incursões de exploradores por sertão adentro retrataram aspectos da vida material no alto sertão da Bahia.⁶ Os relatos trazem importantes indícios para interpretações sobre o passado: antecedentes conjunturais da sociedade e economia de Caetité,⁷ localização de unidades de produção (fazendas, sítios, roças, povoados) e rotas de comércio. Contrastados com outras fontes, a exemplo dos inventários *post mortem*, iluminam aspectos dos modos de viver das populações da região. Sérgio B. de Holanda (1994, p. 221-222) destaca a importância desses depoimentos para uma visão de conjunto das técnicas da indústria caseira de algodão em São Paulo:

Contudo, o quadro permaneceria incompleto se os dados esparsos que semelhantes textos [antigos inventários] nos proporcionam não pudessem ser articulados entre si por uma visão de conjunto. O socorro às notícias [relatos ou depoimentos] de que podemos dispor [...] pode ser neste caso de grande préstimo [...] depois de devidamente verificadas à luz das nossas fontes documentais.

⁵ Sobre a economia dos dois povoados, o seu relato se assemelha ao de Spix e Martius: como rota para as províncias de Goiás e Mato Grosso e ativo comércio de gado, “[...] passam por ali, anualmente, mais de vinte a trinta tropas de mulas” (d'ORBIGNY, 1976, p. 112). Pelo volume do comércio entre vilas e o litoral portuário, é possível inferir que o número de tropas seja superior ao informado pelo viajante francês.

⁶ Cf. Pires (2009, p. 15): “Durante os primórdios da colonização essa área pertenceu ao morgadio da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, que dividia com os Garcia D’Ávila – Casa da Torre – toda a extensão do território baiano”; nas páginas seguintes do seu livro, a autora demarca a região com maior precisão: “O alto sertão, ou ‘sertoins de sima’, constituiu-se historicamente com a criação de gado *vacum*, os denominados ‘currais da Bahia’, na extensão do São Francisco ao rio das Velhas e, posteriormente, com a mineração, na Chapada Diamantina. As fazendas de criar se expandiram pelo sertão desde o século XVII e a exportação do gado da zona do São Francisco para a capital se fazia através do planalto baiano” (IBID., p. 104). O alto sertão é também identificado pelas suas altitudes elevadas e pela sua posição frente à bacia do rio São Francisco, na Bahia (NEVES, 1998, p. 22).

⁷ A freguesia de Caetité pertenceu à Vila de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas (atual município de Rio de Contas) da qual foi desmembrada no ano de 1810. A cidade localiza-se na zona fisiográfica da Serra Geral da Bahia e situa-se na encosta da Serra do Espinhaço. Ver, também, Pires (2009, p. 107).

Os relatos de viajantes que exploraram o alto sertão documentam tanto a dinâmica da sua economia, com suas roças de criar e de cultivo, quanto os caminhos que, de longo tempo, serviram aos tropeiros para o transporte de mercadorias à espera de uma freguesia sequiosa pelas suas encomendas de costume; muito nos informam, em especial, sobre o abastecimento de seus mercados internos e os negócios realizados nos povoados, arraiais, distritos, freguesias, vilas e cidades.

Entre fazendas, sítios e a cidade: diversidade das atividades agropastoris

Nas primeiras décadas do século XIX, predominavam na economia do alto sertão a criação extensiva de gado vacum e o plantio em larga escala de algodão. Spix e Martius notam sobre Caetité a existência de uma economia ativa, com o cultivo extensivo do algodão para exportação e negócios realizados com a província de Minas Gerais:

Cayteté (Caeteté ou Villa Nova do Principe), semelhante a Minas Novas, pelo clima e vegetação, vem, ha vinte annos, explorando, em grande escala, a cultura do algodão e se tornou, por isso, um dos mais ricos logares do sertão bahiano. Existem, ahí, **atravessadores que, annualmente, remettem para a Bahia mais de mil animaes com cargas.** No próprio lugar, o preço da carga de 6 a 7 arrobas mantem-se entre 22\$000 e 25\$000 (66 até 69 1/3 florins), em quanto que na Bahia, durante a nossa estada, se offerecia 5\$200 e até 5\$800, por arroba. **O algodão dahi despachado, não é só producto dos arredores, tambem vem do districto de Minas-Geraes,** situado mais para oeste. **A parte norte e leste dessa provincia manda o algodão do lugar de origem, arraial do Rio Pardo, para a Bahia, por duas estradas recentemente abertas, que atravessam Conquista e Gavião** (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 42-43, grifos nossos).

A cultura do algodão avançou com o gado do Nordeste e estabeleceu os laços comerciais com os “[...] centros de consumo do litoral portuário” (LINHARES, 1996, p. 140).⁸ A Bahia se tornaria, no

⁸ Santos Filho (1956, p. 279) destaca alguns aspectos que estimularam o cultivo do algodão na região: “O plantio da malvácea na zona em questão, como as demais culturas, não requereu grandes dispêndios. A terra pouco valia, o braço trabalhador era de fácil obtenção e de custo e manutenção relativamente pequenos. E escassos e de aquisição módica os implementos agrícolas. Foi, então, o algodão cultivado, embora em escala reduzida, pela maioria dos fazendeiros do sertão.”

final do século XVIII e início do século XIX, um grande exportador de algodão. E a maior parte do algodão exportado por Salvador foi produzido no alto sertão: “[...] os principais centros da lavoura algodoeira na Bahia situavam-se em Caetité, Rio de Contas, Jacobina e Bom Jesus dos Meiras, municípios do sertão, muito distantes de Salvador” (BARICKMAN, 2003, p. 60). Relatos de outros viajantes e documentos informam sobre o cultivo do algodão na primeira metade do século XIX e a manutenção da pecuária extensiva nas suas décadas finais.⁹

De Malhada às proximidades da Serra Geral, Teodoro Sampaio (2002, p. 201-208, grifo nosso) nota que: “Até aqui o aspecto do país não mudou. São as mesmas formas no relevo do solo, o mesmo aspecto de vegetação, **o mesmo ramo de indústria, isto é, a criação do gado bovino em larga escala com a sua rudimentar indústria dos laticínios**”. Teodoro Sampaio estava a serviço da Comissão Hidráulica criada na província do Rio de Janeiro para estudos da navegação e caracteres geográficos do interior do país, sob a chefia de William Milnor Roberts, engenheiro americano. Chegou a Carinhanha em 22 de dezembro de 1879 com destino à Chapada Diamantina, em meio a uma disputa entre coronéis, e suas facções políticas, por terras e poder local.¹⁰

Na passagem de Rio de Contas a Caetité, d’Orbigny (1976, p. 109-111) observou atividades voltadas tanto para a exploração de minas, com o “[...] comércio intermediário entre o litoral e o interior”, como, em especial, “[...] fazendas em grande número [de] gado numeroso e

⁹ Para Pedro Celestino da Silva (1932, p. 163-173), o plantio da cana de açúcar e do algodão contribuiu sobremodo à prosperidade da agricultura no sertão: “[...] duas culturas de tempos remotos [...] abasteceram os nossos campos, proporcionando aos proprietários lucros compensadores e não pequenas vantagens aos cofres publicos”. Lamenta este autor, referindo-se à época de sua visita, “[...] que maior não seja o [seu] desenvolvimento [...] nas terras do município”. As secas e, em larga medida, o uso de modestas técnicas de cultivo, beneficiamento e produção, mitigaram a produção de algodão e cana de açúcar. Pedro Celestino visitou o município de Caetité nos anos de 1889 e 1926-1927.

¹⁰ Tanto Carinhanha quanto o povoado de Malhada, este situado na margem oposta ao rio São Francisco, foram ocupados pelos bandos de jagunços do capitão Francisco de Magalhães e Manoel Tavares de Sá: “Quem tinha o que perder entrincheirava-se em casa depois de retirar a família às ocultas para algum sítio distante [...] As autoridades sumiram-se, e os criminosos e assassinos dominavam” (SAMPAIO, 2002, p. 189-190).

de bom aspecto [...]”. Para este viajante, a riqueza de Caetité atribuiu-se ao cultivo extensivo do algodão; nota transações comerciais entre o algodão plantado nas terras da região e a produção na província de Minas Gerais, que configura condição de entreposto a Caetité:

É uma região que se enriqueceu com o plantio de algodão. Além de sua colheita local, Vila do Príncipe recebe as de alguns distritos de Minas Gerais que mandam, para ali, seus produtos, como para **um entreposto, de onde o escoamento é mais fácil**. Vila do Príncipe é quase fronteira à região das Minas [...] observa-se alguma atividade no comércio de ametistas de cor carregada, encontradas a umas dez léguas de Vila Nova do Príncipe, no caminho de Rio Pardo. **Os compradores são negociantes de pedras finas de Minas Gerais que acrescentaram aquele novo artigo às suas mercadorias habituais** (1976, p. 111, grifos nossos).

Também Spix e Martius (1938, p. 46-48) localizaram uma grande fazenda entre Caetité e Rio de Contas, a da “Lagôa de N. S. d’Ajuda”, “[...] uma das maiores fazendas de todo o sertão [com] grande população de mais de 160 escravos”. Nesta fazenda, negociaram a compra de milho com os escravos, por falta de seu proprietário: “Affirmaram-nos que, elles mesmos [os escravos], tinham falta de milho e só conseguimos, com grande custo, compral-o aos negros, que tinham occupado os seus dias livres na propria cultura”.¹¹ Documentam sobre a ausência de proprietários em suas fazendas de criação e lavouras, vista como prática costumeira:

Os proprietarios dessas grandes fazendas raramente moram no sertão. Gastam as rendas em districtos mais populosos, muitas vezes com luxo incrível, deixando a fiscalização a um mulato; e, nem sempre pode o viajante contar com a hospi-

11 A população escrava da fazenda da “Lagôa” não é comum à região; a relação de trabalho, no entanto, não se difere do usual, como observa Pires (2003, p. 44; 2009, p. 140): “A rica fazenda de N. S. da Ajuda não espelha, em termos de seu plantel, a realidade da posse escrava na região, comumente constituída por cinco a dez escravos, mas sabe-se que, modo geral, os escravos beneficiavam-se de ‘roças’ para cultivo próprio. Essa situação foi uma opção vantajosa para os senhores, porque os isentavam de mantê-los. Tanto para aqueles com maiores posses e escravaria, como para aqueles cujos recursos mal lhes bastavam.”

talidade deste. Outros, numa ociosidade lasciva de numeroso serralho são inacessíveis aos estranhos, por indolencia ou por ciúme (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 48).¹²

Fontes pesquisadas por Pires (2009, p. 169-171, grifo da autora) indicam que o trânsito entre as fazendas, sítios, roças e a cidade era bem mais intenso. Os espaços entre o campo e a cidade mantiveram constante intercâmbio socioeconômico e cultural:

Muitos dos negócios realizados nas fazendas se desdobravam nas cidades. A cidade era indispensável a expedientes mais burocráticos das transações comerciais, a exemplo de pagamento de impostos de exportação para a coletoria provincial ou estadual; articulação com outros fazendeiros para envio de tropas, boiadas e dinheiro – para o Recôncavo e a capital da província – e, ainda, pelas possibilidades de assistência médica (mesmo que precária), jurídica, de comunicação e sociabilidade. Esses expedientes aparecem muito freqüentemente nos *livros de razão* do Barão de Caetité.

Os serviços da lavoura e criação não pareciam ser tarefas tocadas a olhos distantes. Inventários *post mortem* informam sobre cuidados rotineiros de proprietários com suas roças de mandioca, seus engenhos, alambiques e fábricas de farinha, mangas para as suas criações. Não se apartavam, por muito tempo, do lugar de seu sustento e da família, quase sempre numerosa. Os inventários revelam esse costume diário do trabalho na agricultura e aspectos de uma economia que se organizou em unidades de produção diversificada.

O inventário de Gregorio de Oliveira Ledo revela que este fazendeiro manteve moradia fixa na casa com sobrado do “Sitio do engenho”, localizado no lugar denominado “fazenda do Joaseiro”, apesar de possuir na Praça do Alegre, em Caetité, uma ampla casa ocupada por seu genro Tenente Alvinho Pinheiro de Azevedo. Entre os bens constantes do seu inventário, foram declarados: um alambique usado, uma “pai-

¹² Estudo de Erivaldo Neves (2005, p. 222) sobre o alto sertão confirma a impressão dos viajantes: “Os administradores de fazendas [...] nem sempre residiam nas unidades agrárias que zelavam. Os rendimentos proporcionados pelos 20% que recebiam dos bezerros nascidos anualmente lhes possibilitavam arrendar ou comprar terras e estabelecerem criatórios próprios, com o emprego, nos latifúndios que administravam, de escravos do senhorio que, sem a presença de feitores, se auto determinavam nas suas ausências.”

roba” grande e outra pequena; um engenho e duas moendas avulsas; “uma forma de raspadura com duas gamelas e mesa competente”; dois carros e um carretão velho; treze cargas de cachaça; casa de engenho e de farinha; mangas e roças de mandioca. Na fazenda, tocava a criação de gado vacum (142 cabeças), a produção de farinha de mandioca, cachaça e rapadura para abastecimento de mercados regionais. A presença de uma mesa de “retalhar carne”, entre os bens móveis, indica que também fornecia carne verde para abastecimento local.¹³

Adolpho Conegundes de Souza abandonou a sua casa de negócio, situada no arraial do Caculé, “[...] com quatro portas e duas janelas de frente [...] pequena armação de loja, sem mobília, velha e deteriorada”, para morar na fazenda “Bôa” Vista, localizada no arraial do Rio do Antonio, onde possuía “officina de farinha, manga e corral”. Preferiu por ao serviço de sua criação de gado vacum e dezenove éguas, avaliada em Rs. 8:775\$000, maior tempo de sua lida diária. A criação de éguas indica a sua participação no mercado de animais para tropas, como fornecedor para compra ou aluguel. Possuía uma “machina de descarçar algodão”, em sociedade com Francisco Fernandes, avaliada por Rs. 90\$000. O estado de conservação da descarçadora, “já muito velha e estragada”, sugere que produziu algodão quando esta atividade lhe auferiu bons lucros.¹⁴

O Tenente Crescencio Antunes de Brito Teixeira e sua esposa, Antonia Bernarda de Oliveira Antunes, deixaram aos cuidados de dois dos seus filhos, Silencio Antonio da Silveira e Joaquim de Oliveira Ledo, as casas situadas às ruas Saldanha Marinho, “dous de Julho” e à Praça da Matriz. Acomodaram-se no sítio denominado Santa Cruz, onde cuidavam da sua produção de “assucar” (sete arrobas declaradas entre os bens do espólio), cachaça e farinha, em casa “[...] com engenho, peroba e alambique, dous tachos, uma roda e forno para farinha e prensa”. Os utensílios de cozinha declarados por seu filho, o

¹³ A “pairoba” era um utensílio utilizado para o armazenamento e envelhecimento da cachaça, feito da madeira de nome peroba. As duas “pairobas” foram avaliadas em Rs. 120\$000, valor superior a muitas “casinhas arruinadas” localizadas na cidade de Caeté e que constam entre bens arrolados de vários inventários pesquisados. O seu monte-mor foi avaliado em Rs. 16:201\$120, o que o inseria entre os bem afortunados. Arquivo Público da Bahia (APB). Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Gregorio de Oliveira Ledo. Estante3, caixa1214, maço1683, documento 25. 1894-1894, f. 5-9.

¹⁴ AOs bens montavam em Rs. 12:048\$742. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Adolpho Conegundes de Souza. Est. 1, cx. 314, mç.600, doc. 2. 1900-1900, 37 f., f. 6-9.

Major Agrario Antunes de Brito Teixeira, indicam a presença do casal na rotina diária do sítio da Santa Cruz: duas rodas de fiar, um almofariz sem mão, duas bandejas, um “assucareiro”, uma dúzia de pratos usados, três pratos de travessa, meia dúzia de facas e de “chicaras”, duas “soupeiras”, bule de louça, dentre outros.¹⁵ Antonia Bernarda esteve em companhia do seu marido cuidando dos afazeres da casa e demais serviços do sítio. A casa do sítio possuía móveis em maior quantidade e com valor superior ao mobiliário da casa à rua Saldanha Marinho, o que sugere uma ocupação mais constante dos cômodos. Deveria o casal acolher a numerosa família nos finais de semana.

No alto sertão, viver entre o campo e a cidade significou manter os meios necessários para os negócios da família. Os inventários desses três proprietários demonstram que diversamente da especialização agrícola que estruturou a plantation a economia do alto sertão organizou-se em unidades agrícolas de produção diversificada. Nas fazendas, roças e sítios, proprietários que criavam gado vacum para a venda do boi em pé ou da carne verde também criavam gado cavalariço para abastecimento de tropas, plantavam mandioca para a produção da farinha, cultivavam a cana de açúcar para fabricação da aguardente, do açúcar e da rapadura ou descaroçavam algodão. Idas constantes às feiras, armazéns e negócios com tropeiros asseguravam o abastecimento dos mercados internos e meios para a exportação da produção, que davam à economia uma dinâmica própria.¹⁶

Lavradores pobres em suas terras e roças: alternativas de sobrevivência em meio à acentuada concentração de renda

Em pequenas partes de terras, sítios e roças de proprietários mais pobres, vê-se semelhante diversidade da economia local. Inventários

¹⁵ Os bens do casal montavam em Rs. 6:733\$320. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariados: Tenente Crescencio Antunes de Brito Teixeira e Antonia Bernarda de Oliveira Antunes. Est. 1, cx. 316A, mç. 605, doc. 2. 1904-1912, 124 f., f. 7-9 e 68.

¹⁶ Encontra-se em Pires (2009, p. 116-117) aspectos fundiários da região: “Embora as imprecisões das fontes limitem as informações quanto à situação de terras, alguns trabalhos indicam que essa região, marcada por forte tradição agropastoril, passou por sucessivos desdobramentos de propriedade que acarretaram, ao longo do século XIX, a constituição de policulturas [...] Porém, também não deixou de apresentar maiores fazendas, dedicadas, principalmente, à atividade pecuária. Em áreas de vazante plantava-se cana de açúcar, destinada ao fabrico de rapadura e aguardente, em engenhos e alambiques. O algodão, importante produto da exportação caetiteense no século XVIII, foi perdendo gradativamente essa condição no decorrer do século XIX, sobretudo,

de lavradores com pequenas criações e roçados trazem farta informação sobre as suas condições de moradia e as dificuldades diárias de sobrevivência. Na composição dos bens patrimoniais de lavradores pobres, encontramos imóveis (que representavam quase 60% do total dos bens), semoventes e alguns móveis (pouco menos de 5% do total de bens). De imóveis, geralmente tinham uma casa de enchimento e coberta de palha, com uma rocinha de mandioca, pequena manga, engenho ou alambique em condição bem servida. De semoventes, algumas cabeças de gado vacum e/ou cavalos, gado miúdo e bois para um carro já velho, quando o possuía. Uma velha roda de fiar, um ferro de engomar, tachos de cobre (às vezes furado), roda velha de mandioca, banco de pau, velhos catres, molduras com santos e alguns utensílios de cozinha ordinários eram, quando muito, os seus bens móveis.¹⁷

Era o caso de Maria Angelica de Jezus, com dez filhos menores, que inventariou de semoventes pertencentes ao casal um boi manso de carro, um boi preto velho e uma égua castanha, avaliados por Rs. 80\$000. Morava na “Lagôa Grande”, do distrito de Santa Luzia, onde possuía Rs. 1\$000 de terras na “fazenda S. João e Barrocão”, com um engenho velho e um alambique grande.¹⁸ Já Serapião de Vasconcellos Bittencourt, com seis filhos, dos quais dois eram menores, morador no Bernardino, possuía uma casa coberta de palha com uma pequena

devido à concorrência estrangeira, notadamente a norte-americana, e pelas dificuldades de escoamento da produção”. Em Neves (1998, p. 172), vê-se sobre a policultura no alto sertão baiano: “O povoamento do interior compeliu à produção do autoabastecimento, capaz de gerar excedente para o mercado regional e interprovincial. Essa nova dinâmica integrou várias regiões interioranas, promovendo acumulação interna e formação da pequena propriedade fundiária, antítese da planificação do colonizador [...] As pequenas policulturas sertanejas não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo, nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes. Também não se caracterizaram como produção de subsistência, pois não se limitaram ao consumo dos próprios produtores”. Sobre a pecuária e o povoamento do sertão da Bahia, ver Santos Filho (1956) e Silva (1997).

¹⁷ Alambiques, engenhos, rodas de mandioca foram arrolados tanto como móveis quanto benfeitorias em imóveis rurais: parte de terras, sítios, roças e fazendas. Ver semelhante arrolamento de bens inventariados em Dantas (2007), para as regiões de Itapicuru e Soure.

¹⁸ A viúva perdeu a tutoria dos filhos “por ter cahido em prostituição”, conforme processo aberto em 1895. O seu monte-mor foi avaliado por Rs. 697\$000. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Clemente Francisco da Costa. Est. 3, cx. 1181, mç.650, doc. 6. 1891-1895, 39 f.

roça de mandioca e vinte cabeças de gado.¹⁹ O lavrador José Joaquim de Lima, morador no distrito de São Sebastião, possuía com sua falecida mulher um sítio em terreno seco, com mato de capoeira; ocupava uma “casinha” deteriorada, feita de enchimento, onde cuidava da sua velha oficina de farinha de mandioca, com acessórios ordinários e muito usados.²⁰ A lavradora Maria Victoria de Jesus, viúva e com cinco filhos, dos quais quatro eram menores, moradora no São Bento, do distrito de Santa Luzia, declarou que o casal possuía um sítio em aberto, com uma casa de enchimento e engenho velho; criava uma vaca, um cavalo e alguns burros.²¹ Outro lavrador, Rafael Ferreira das Neves, morava em uma casa de enchimento coberta de telha, situada em terreno alheio, no lugar denominado Cercado, do distrito da “Canabrava dos Caldeiras”. Além da humilde casa, tinha uma salina cercada e outra em aberto, uma “officina” de farinha, com uma bolandeira e um forno, uma roça de mandioca. De semoventes, criava quatorze cabeças de gado vacum de toda sorte, trinta cabras e vinte ovelhas, também de toda sorte. Deveria negociar na feira do povoado de Caldeiras (aos sábados ou domingos) sal, farinha, raiz de mandioca, couro e certo gado miúdo.²² Em situação de penúria, viveu o lavrador Firmino Dias Moreira, morador no distrito da “Cannabrava”, com sete filhos e dos quais quatro eram menores. A sua viúva, Constança Rosa de Jesus, declarou que:

[...] por morte do seu marido o casal nada ficou possuindo além de uma pequena casa de enchimento, com poucos moveis e utensílios pobrissimos, e mais uma egua e um cavallo velho, bens estes que de todo não davam para inventario e partilha.²³

Evidências de dificuldades semelhantes de sobrevivência encontram-se na declaração de Arestides Santos de Carvalho sobre o espólio

¹⁹ Rs. 641\$000 foi o valor de avaliação do seu monte-mor. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria dos Anjos. Est. 3 cx. 1214, mç.1683, doc. 20. 1893-1893, 10 f.

²⁰ Monte-mor avaliado por Rs. 343\$000. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Idalina Rosa de Azevedo. Est. 1 cx. 393, mç.759, doc. 8. 1914-1914, 10 f., f. 5.

²¹ Monte-mor avaliado por Rs. 625\$000. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Joaquim Caetano do Nascimento. Est. 1 cx. 316, mç. 604, doc. 6. 1903-1903, 21 f.

²² O seu monte-mor foi avaliado por Rs. 706\$000. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tiburcia Maria de Jesus. Est. 3 cx. 1184, mç.1653, doc. 1. 1894-1894, 10 f.

²³ APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Firmino Dias Moreira. Est. 1, cx. 317, mç.606, doc. 11. 1905-1905, 6 f, f. 4.

do seu pai, José Máximo de Carvalho, morador no distrito do Caculé: “[possui] uma pequena casa que se acha alugada a treis mil reis mençais”.²⁴ Também o agregado Theotonio Joaquim Pinheiro, morador nas Antas, do distrito de São Sebastião, viúvo e com sete filhos (uma filha de 18 anos e os demais filhos menores), possuía parcos bens: do seu espólio, avaliado em Rs. 500\$000, havia o “[...] sitio Mulungú, na fazenda Jacaré [...] com algumas benfeitorias deterioradas e terras [...] nada mais possui seu casal, porque morava em casa de um seu parente, como agregado”; gastou com o tratamento e funeral da sua esposa, Anna Joaquina de Azevedo, a quantia de Rs. 450\$000.²⁵

Esses inventários revelam condições precárias de moradia da ampla maioria da população do alto sertão. Spix e Martius (1938, p. 60-61, grifos nossos) trazem descrições das moradias de grupos sociais pobres e remediados da região, seus roçados, criações e costumes alimentares:

Pequena cabana immunda, cercada de maltratada plantação de bananeiras, uma roça de feijão e mandioca, algumas cabeças de gado e alguns cavallos magros, que por si mesmo devem manter-se: **eis a mais alta aspiração dessa gente rustica**. Vivem de vegetaes, de carne do sol, de leite, de uma especie de queijo doce (requeijão) e, durante o tempo das fructas, principalmente de imbús [...] de cujo succoagri-doce, preparam com leite a imbusada, prato refrigerante e saboroso.

Wissenbach (1998, p. 63-69) nota nos relatos de cronistas, impressões de viajantes e relatórios de expedições sanitárias descrições similares às habitações em áreas de cultura de sobrevivência no Brasil. Particularidades climáticas e vegetações características, afirma a autora, caracterizaram as variações entre as moradias:

Construídas com os materiais dispostos à mão, estacas de bambu, troncos das árvores, os tetos recobertos de sapé; o barro que se retira num simples abaixar do corpo e com o qual se recobrem as paredes, de início lisas e depois “estaladas em milhares de bocados” sob a ação do sol; poucos ou quase nenhum móvel; os leitos, simples esteiras postas no chão ou então redes; a cozi-

²⁴ APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: José Máximo de Carvalho. Est. 3, cx. 1184, mç.1653, doc. 6. 1894-1894, 4 f, f.4.

²⁵ APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Anna Joaquina de Azevedo. Est. 1, cx. 393, mç.759, doc. 9. 1914-1914, 10 f, f. 5.

na que se limita a um fogareiro e a pouquíssimos utensílios; as portas, amarrados de treliças de bambu e cipó [...]

No povoado do Currealinho (atual município de Dom Basílio), cuja população vivia da lavoura, Teodoro Sampaio (2002, p. 194-195) confundiu o costume dos moradores daquele pequeno lugarejo, que extraíam da mata nativa material para construção de moradias, com situação de extrema pobreza e estado de abandono: “As poucas casas [...] todas cobertas de cascas de árvores, que me disseram ser de pau-d’arco, cobertura que sendo bem-feita nos afirmaram durar quinze anos e mais, não estavam todas habitadas”. Custou a acreditar que se tratava de “sítio de certa importância”, em que havia uma lavoura para subsistência e certo comércio. Wissenbach (1998, p. 68-69) aborda esse peculiar estranhamento às moradias pobres por muitos viajantes acostumados a acomodações mais estáveis:

Quatro séculos pouco serviu para alterar a aparência dos ranchos; conservaram-se tal como na época colonial como frágeis construções, assemelhadas entre si nas moradias de caipiras, sertanejos, ribeirinhos e caiçaras, africanos e crioulos, causando um certo estarcimento entre os estrangeiros, acostumados a outros padrões de estabilidade. Sobretudo, provocava-lhes espanto a ausência de solidez das habitações [...]

A subsistência cotidiana da população pobre e remediada do alto sertão era garantida a muito custo e por formas provisórias e improvisadas de sobrevivência. Experiências que partilhavam com seus pares e modos de vida com poucas provisões: “[...] um aprendizado social [...] constituído muitas vezes a partir de noções de subsistência e padrões de organização social distintos dos que eram imaginados pelas classes dominantes” (WISSENBACH, 1998, p. 52).

O precário modo de vida de lavradores pobres e remediados do sertão resulta de um ambiente acostumado à concentração de riqueza e acentuada exclusão social: apenas 5,7% dos inventariados concentravam 46,1% da riqueza para o período de 1890 a 1920; a desigualdade social foi maior na década de 1910, em que 4,7% dos inventariados concentravam 46,9% da riqueza. Comparando os dados de Caetité com os da região de Itapicuru e Soure, apontados por Dantas (2007, p. 75), nota-se que a concentração de riqueza naquela região assumiu índices bem mais elevados:

A concentração da riqueza não se restringia, contudo, à mão-de-obra escrava. Três dos maiores espólios (que apresenta-

vam grande número de cativos) respondiam por quase 82% do total de reses de criação arroladas [...] Uma família ou algumas poucas famílias controlavam a maior parte da riqueza da região [...] ²⁶

Circunstâncias de exclusão socioeconômica e concentração de renda caracterizaram a região. Inventários pesquisados para Caetité documentam a vida material de ricos proprietários e acentuada concentração de renda.

Era o caso do fazendeiro Antonio Ferreira das Neves Junior, morador no “Rio abaixo”, do distrito de São Sebastião, que investiu mais de 66% da sua fortuna na criação de gado de toda sorte: possuía de semoventes Rs. 39:585\$000 de um patrimônio que montava em Rs. 59:593\$000. Na fazenda “Espírito Santo”, criava 850 cabeças de gado vacum, 42 éguas, 28 cavalos, 14 burros, jumentos e mulas, 70 cabras, 100 ovelhas e seis porcos; possuía seis juntas de bois mansos para puxar os seus dois carros ou criava para venda no mercado local. Além de currais, a fazenda tinha roças de milho e de mandioca. Os seus bens fugiram à média para a faixa de riqueza acima de vinte contos de réis, que se distribuíram entre imóveis, semoventes, haveres e dívidas ativas.²⁷

Outro proprietário, o engenheiro Antonio Rodrigues Gomes Ladeia, investiu o seu rico patrimônio, no montante de Rs. 109:434\$080, em haveres: 40% dos bens foram investidos em ações da Companhia de Força e Luz de Caetité, apólices federais e cadernetas da Caixa Econômica do Estado, Federal e do “The Brith Bank South Rio”; semoventes: 34% na criação de 600 cabeças de gado vacum, nove cavalos, quatro burros e uma mula; e imóveis: 19% em fazendas e terras, localizadas nas comarcas e termos de Caetité, Monte Alto, Carinhanha, Malhada, “Ituassú” e “Lençóes”; 7% em imóveis urbanos adquiridos nas cidades de Caetité e “Andarahy”. O gado foi criado, principalmente, na fazenda Campos, do termo de Monte Alto.²⁸ É possível que o engenheiro tenha enriquecido com o abastecimento de gado vacum nos

²⁶ Dantas (2007, p. 72-73) pesquisou 27 inventários para o período de 1828 a 1850, correspondente a pouco mais de 25% do total, que conferem possibilidade de verificação da dinâmica econômica daquela região.

²⁷ APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Antonio Ferreira das Neves Junior. Est. 3, cx. 1293, mc.1762, doc. 8. 1896-1901, 77 f., f. 9-17.

²⁸ APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Engenheiro Antonio Rodrigues Gomes Ladeia. Est. 2, cx. 597, mc.1051, doc. 18. 1919-1924, 16 f., f. 3.

mercados das Lavras Diamantinas. A demanda por alimentos nesta região de mineração cresceu fortemente com o adensamento populacional provocado pela exploração de diamantes nos Lençóis e demais povoados da Chapada Diamantina.²⁹

O Coronel João Antero Ladeia Lima, no entanto, investiu quase todo o seu patrimônio em fazendas e terras – 93% do montante de Rs. 65:063\$270. Era proprietário das fazendas Escadinha (onde morava³⁰), Hospício e do Formoso; sítios do Cipoal, Hospício Velho, Botelho, Brejo das Pedras e várias partes de terras. Entre quintais murados e terras extremadas, as suas fazendas e sítios mediam aproximadamente 14 léguas (92 km) de extensão. A sua maior fazenda, a do Formoso, localizada no distrito de São João dos “Geraes”, da Vila de Carinhonha, possuía “[...] diversos sítios regadios, dependentes da Fazenda, e ocupados por meieiros”. Os bens móveis e benfeitorias das fazendas registram que João Antero produziu farinha, açúcar e cachaça: oficinas de farinha de mandioca, engenhos de moer canas, moinhos, casa para fornalhas, tachos e alambiques de cobre. Tinha sua própria tropa para o transporte dos produtos que abasteciam os mercados regionais e/ou do litoral, com quase trinta animais e formada por burros mansos escangalhados, éguas e jumentos pastores de éguas. Um “*trolly* de viagem, com seus pertences”, avaliado por Rs. 200\$000, possivelmente servia à sua viúva, Mariana Benedicta de Albuquerque Ladeia, que fora interdita judicialmente por “privação de enteligenca”.³¹

²⁹ “Até o ano de 1871 as lavras *diamantinas* floresceram de uma maneira espantosa. Uma grande afluência de emigrantes atulhava a cidade dos Lençóis e todos os demais pontos comerciais espalhados no termo; especulando, cada qual com bons resultados, no gênero do negócio que escolhia. O movimento, a atividade, a abundância, o luxo, a ostentação davam à cidade um grande merecimento comercial.” (AGUIAR, 1979, p. 136-137, grifo do autor).

³⁰ É Teodoro Sampaio (2002, p. 209, grifo do autor) quem nos indica, a caminho de Caetité, a fazenda de morada de João Antero: “Chegamos já noite à fazenda das *Escadinhas*, do sr. João Antero Ladeira [sic] Lima, onde nos hospedamos. Era o 1º de janeiro de 1880, dia de *ano-bom*, e havia alguns cavalheiros de visita ao nosso hóspede. Interessaram-se todos pela nossa viagem, inqueriram muito do que havíamos feito no rio São Francisco, onde reinava Neco com os seus jagunços e deram-nos muito boas informações sobre a geografia da região que acabamos de atravessar, completando as que nos dera, no dia antecedente, o major Francisco Pereira de Castro, grande conhecedor destes sertões, que ele nos descreveu, como ninguém.”

³¹ As dívidas passivas somavam Rs. 30:472\$335. O inventário registra o pagamento de uma dívida passiva de Rs. 2:025\$000, com semoventes. Como esses animais não constavam entre os bens arrolados, infere-se que a dívida tenha sido paga por seu filho e inventariante, o Major Sebastião Ladeia Lima, com dispensa do arrolamento ou ante-

O cultivo de culturas diversas caracterizou a agricultura local, formada por unidades que plantavam cana de açúcar, mandioca, milho, algodão e produziam açúcar, cachaça, rapadura e farinha. Com essa diversidade agropastoril, a pecuária desempenhou papel fundamental à dinâmica da economia, seja como produto para exportação, para abastecimento do mercado interno ou meio essencial para o transporte de mercadorias e pessoas.

Negócios no alto sertão: tropas e tropeiros

Os inventários revelam uma economia que se manteve bastante ativa e articulada a comarcas, termos e vilas da Bahia. Proprietários de ricas fazendas abasteciam mercados de vasta região e realizavam negócios com altas somas em dinheiro. Alguns mantiveram suas próprias tropas como mecanismo para redução dos custos dos transportes de mercadorias ou investimento mais rentável. Spix e Martius (1938, p. 62-65, grifo dos autores) cruzaram com um desses fazendeiros/tropeiros no caminho da Vila de Contas a Maracás, no momento em que se achavam ameaçados “á entrada da caatinga” por falta de provisão de água e milho:

De repente ouvimos o chocalhar da *madrinha* de uma tropa e logo a vimos, bem organizada, com cerca de 40 burros fortes, que sob a direcção de tropeiros robustos seguiam o mesmo caminho. O dono dessa tropa, o Snr. Agostinho Gomes, honesto fazendeiro do districto de CAETITÉ, compadeceu-se profundamente do nosso desamparo. Generosamente offereceu diversos animaes para transportar a nossa carga já tão leve; cedeu-nos um pouco de milho da sua provisão e, em summa, encarregou-se da nossa viagem até o litoral, onde nos deixou a todos, são e salvos.

Talvez um desses arrieiros de maior confiança na tropa, ou o próprio Agostinho Gomes, guardavam com sabedoria os segredos para vencer os perigos das travessias nas caatingas.³² Criados nas matas

rior a sua morte. APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Coronel João Antero Ladeia Lima. Est. 1, cx. 316, mc.604, doc. 8. 1903-1914, 127 f., f. 3-7, 15-19, 50 e 71-74, grifo do original.

³² Há em Lycurgo Santos Filho (1956, p. 256) descrição das funções de arrieiro e tropeiro nas tropas: “Era o arrieiro um empregado do dono da tropa e a dirigia em seu lugar. Regra geral, o tropeiro era o proprietário dos animais e quando com eles viajava tinha no arrieiro o principal ajudante, o encarregado do arreamento e carregamento das béstas, o encarregado da distribuição das rações, etc. Generalizou-se, entretanto, o costume de se dar ao condutor da tropa a designação de tropeiro, fôsse ou não o proprietário.”

do sertão baiano, os tropeiros e seus arrieiros deveriam estar acostumados a enfrentar longas estiagens, condição essencial à sua sobrevivência em solo árido e caminhos tiranos:

Pela configuração, pela coloração do terreno, por algum sinal só perceptível a olhos experimentados, sabem [...] muitos desses rudes topógrafos que são os sertanejos [...] dizer com certeza a senda que há de levar a alguma remota aguada. Tanto mais digna de admiração é tal capacidade quanto, justamente nesses sítios, as nascentes se acham em geral bem abrigadas, parecendo desafiar a atenta argúcia do caminhante (HOLANDA, 1994, p. 36).

Como “samaritanas do sertão”, esses homens previdentes extraíam das suas observações da natureza os meios para mitigar a falta de água e forragem para os animais de carga. Santos Filho (1956, p. 255-256) comenta sobre os maus tempos do ofício de tropeiro: “Duro e penoso era o ofício de tropeiro. Caminhos ruins e estreitos, pouca água, contratempos que acarretavam perda da carga e até dos animais... exigiam do condutor a maior atenção, o maior cuidado”.

A tropa de burros foi, por longo tempo, o meio comumente utilizado no alto sertão para o transporte de mercadorias a longas distâncias. Pires (2003, p. 38-39) destaca a sua importância para o comércio regional e articulação com a feira de muares de Sorocaba, em São Paulo:

As tropas de mulas desempenhavam um papel indispensável ao comércio regional e muitos escravos sertanejos participavam, ao lado de trabalhadores livres, dessa atividade [...] Tais tropas foram constituídas por mulas e jumentos, alimentados com rapadura e milho quebrados, que os sustentavam, fazendo-os resistir às longas distâncias. A partir de fins do século XVIII, a feira de muares de Sorocaba-SP abasteceu a região, tornando-se um grande centro abastecedor para suas tropas.

Em matéria editorial do jornal “A Penna”, João Gumes trata sobre as contrariedades provocadas pelo uso corrente e primário do transporte de cargas e pessoas pelas longas estradas do sertão:

O homem, para d’aqui remover-se, tem necessidade do ronceiro muar, da cangalha e de tantos aparelhos complicadíssimos que ainda estão em uso geral n’estas alturas para o desespero do viajante. Por cada dia de viagem, maior somma de cangaço e de contrariedades, mais o nosso espirito se afflige e impa-

cienta como que acenando-nos, do ponto de chegada, ao corpo moido, suarento, tomado de uma só dor physica que o invadiu e que vae rebocando a amaldiçoar os nossos pessimos meios de locomoção.³³

As viagens a negócios no lombo de mulas e burros arreados, muito embora tenham provocado o “desespero” de muitos dos seus usuários, asseguraram o abastecimento interno dos mercados nos sertões baianos. No Brejo do Campo Sêco, Lycurgo Santos Filho (1956, p. 417) acompanhou a movimentação de tropas e mercadorias que seus proprietários, Pinheiro Pinto e descendentes, realizavam ordinariamente pelo caminho de Salvador a Bom Jesus dos Meiras. As cargas com mercadorias importadas eram substituídas por gêneros produzidos na fazenda, assim as contas se resolviam, costumeiramente:

Pinheiro recebia a mercadoria e recambiava a tropa carregada de produtos da região, algodão e “mantimentos”. Com o representante em São Félix (ou no Salvador), realizava-se o ajuste de contas, sendo certo que ao fazendeiro geralmente sobrava um haver, uma certa importância em dinheiro. Assim se comerciava no sertão, mesmo por todo o século XIX. Quando em 1862 o neto de Pinheiro Pinto adquiriu mercadorias de uma casa atacadista de São Félix, pagou-as com algodão e couro, restando-lhe ainda um saldo, em dinheiro, na importância de 458\$360. Suas compras orçaram em 367\$800.

O conjunto viário do município de Caetité chamou a atenção de Teodoro Sampaio (2002, p. 219-220, grifos do autor). Este explorador

³³ GUMES, João Antônio dos Santos. Meios de Transporte. *A Penna*, Caetité, Anno III, n. 59, p. 1, 10 abr. 1914. O jornal “A Penna”, editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1897 e 1943. De publicação quinzenal, considerava-se o “órgão dos interesses commerciaes, agricolas e civilizadores do alto sertão”. Era impresso na “Tytopographia d’A Penna”, de propriedade de João Antonio dos Santos Gumes, jornalista, romancista e dramaturgo, que exerceu os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal. Ao responder a um espirituoso colaborador do seu jornal, que teceu severas e sarcásticas críticas à administração do município, sob o pseudônimo de K. Martelo, Gumes descreveu, em breves linhas, a sua trajetória no serviço público: “[estive] desde 1889 intimamente ligado ao serviço e negocios municipaes; assistiu, n’ella collaborando, a reorganisação do municipio após a Republica e vio a evolução e melhora de tudo isso acompanhando-as dia a dia”. Id. A proposito de K. Martello. *A Penna*, Caetité, Anno I, n. 23, p. 1, 15 nov. 1912. Após a sua morte, em 1930, o jornal continuou a circular sob a direção do seu filho Sadi Gumes.

deveu ao desenvolvimento econômico do município o seu excelente clima, a disponibilidade de terras, os produtos naturais do seu solo e privilegiada posição viária, que descreveu como conhecedor dos caminhos que integravam pessoas e mercadorias:

Como empório comercial que é destes sertões apartados, Caetitê constituiu-se o centro irradiante de uma viação ordinária e bastante ativa.

Daqui partem para leste e para nordeste as duas estradas que levam à Bahia: uma, mais direta, pela via do *Bom Jesus dos Meiras* em direção a *Maracás*, e outra mais longa, através das montanhas, passando pela vila das *Minas do Rio de Contas* e pelo *Sincorá*. Para Minas Gerais partem, também, duas estradas principais: a que leva ao rio São Francisco, ao arraial dos *Morrinhos*, passando pela freguesia de *Umburanas* e *Duas Barras*, e outra na direção do sul pelos *furados* e freguesia das *Almas*, levando, de um lado, à vila do *Rio Pardo*, e de outro à vila de *Montes Claros*, nas cabeceiras do rio *Verde Grande*. Para o norte sai a estrada de *Canabrava*, que, por *Macaúbas* e pelo vale do *Paramirim*, leva à cidade da *Barra*. Na direção de noroeste vai à estrada do *Urubu* com trajeto pelo *Bonito*, *Riacho de Santana* e *Bom Jesus da Lapa*; enquanto que para o oeste em direção de *Monte Alto* e à *Carinhanha*, através do vale do rio das *Rãs*, se prolonga a estrada geral, a mais antiga que, da região do litoral, penetrou nestes sertões.

Um mapa de rota do tropeirismo nessa região do sertão da Bahia foi traçado por Ruy Hermann de A. Medeiros e Maria de Fátima N. Pires. Publicado em livro de sua autoria, Pires (2003, p. 39-43, grifos da autora) acentua três principais vias de negócios:

Durante os séculos XVIII e XIX havia *três principais rotas* do comércio do sertão baiano, que se articulavam com estradas locais. *A primeira – via rio São Francisco –* onde se realizava um comércio ativo de carne seca e sal extraído da terra. Por esta via, chegava-se a Januária-MG, região produtora de aguardentes e rapadura, a São Francisco das Chagas, atual Barra, produtora de sal (extraído da terra) e a Carinhanha. Por ali se realizava o abastecimento de aguardente e rapadura para os chamados ‘currais da Bahia’ e estes últimos abasteciam a região mineradora com gado e carne seca [...] *A segunda via* se fazia pelo rio *Paraguassú*. Este circuito ligava o Recôncavo baiano (Nazaré,

Cachoeira) à Chapada (Vila do Rio de Contas) e desta para o rio São Francisco. Por esta via comercializavam-se todos os gêneros [...] *A terceira via* passava pela estrada de Juazeiro, um importante entroncamento que apresentava proximidade com o Piauí e Pernambuco. Por este circuito realizava-se o comércio de algodão e gado com o Piauí, de onde se trazia borracha de maniçoba, cera de carnaúba, importantes para o fabrico de sabão e vela. Contava-se ainda com a região do Paranaguá, no Piauí, que figurava como grande centro criatório de gado.

A rota do rio “Paraguassú” era a usualmente percorrida por tropeiros do alto sertão. Por essa via o ir-e-vir cotidiano de animais cargueiros e de montaria ajuntou o comércio e viajantes do sertão aos do litoral.

As mercadorias produzidas na rica fazenda do Brejo do Campo “Sêco”, de propriedade de Antônio Pinheiro Pinto, eram remetidas para a capital da província através do caminho que ligava Bom Jesus dos Meiras a Maracás:

O caminho seguido pelos produtos manufaturados, do Salvador para o Campo Sêco, era o mesmo e velho caminho seguido pelos que entraram pelo sertão acima: do pôrto do Salvador ao de São Félix, em embarcações que subiam o Paraguaçu; de São Félix ao Campo Sêco, por terra e em lombo de burro (SANTOS FILHO, 1956, p. 417).

Interligada a importantes caminhos de comunicação com vilas e povoados do interior da Bahia, com o interior das províncias de Minas e Goiás, com a praça de Salvador e o Recôncavo baiano, a cidade de Caetité possuía um entroncamento viário que possivelmente favorecia o escoamento dos gêneros da terra; por outro lado, essa integração viária deveria estimular a importação de gêneros do país provenientes daquelas regiões.³⁴

³⁴ Em minha dissertação de mestrado, aponte para a intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias como resultado do melhoramento das estradas nos sertões baianos, em meados do século XX (2001, p. 77). Um anônimo, mas animado colaborador do jornal “O Dever”, divulgou a situação geograficamente privilegiada das vias de comunicação do município de Caetité frente aos demais municípios dos sertões baianos: “Os últimos movimentos administrativos do país apontaram Caetité como um ponto de irradiação das estradas para o Sul e para o Norte, cruzadas com as que nos levarão á Brasília. Estas linhas, quer aereas como rodovias, acham em nossa cidade o seu entroncamento. E como tudo isto nos coloca num plano invejavel, é necessario que nos apromptemos para que correspondamos, na medida, à expectativa daqueles que nos

O estado desse conjunto viário, no entanto, não agradou ao então Capitão Durval Vieira de Aguiar, quando esteve no alto sertão em 1882 e 1883 com a função de inspecionar os destacamentos de polícia e levantar informações para orientação a imigrantes interessados em colonizar o interior da província da Bahia: “[...] acha-se exaurida a população [de Caetité] por falta de meios de exportação, obstada por 100 léguas de maus caminhos”. Uma estrada de ferro leste-oeste partindo de Valença ou Ilhéus com destino a Malhada, passando por Maracás, Vila da Vitória (atual município de Vitória da Conquista), Santo Antonio da Barra, Caetité e Monte Alto, proporcionaria ao sertão, comenta o Capitão, os meios necessários para o escoamento de suas mercadorias, e a Caetité, em especial, a possibilidade de “[...] reconquistar os seus merecidos foros de Corte do Sertão”. Mas em “falta de coisa melhor”, sugere mais uma vez o Capitão Durval, uma estrada de rodagem de Caetité à estação de ferro de Machado Portela, em Maracás, animaria tanto o seu comércio quanto o de outros termos.³⁵ Aos políticos locais, adverte: “[...] se assim também pensarem, e por tal se esforçarem, os representantes políticos do distrito, que mais precisa de pontes, açudes e estradas, do que de política” (1979, p. 185-186). Não deve ter agradado a alguns homens ocupados com os afazeres da administração do município as prediletas sugestões de Durval Vieira, amplamente publicadas nas colunas do “Diário da Bahia”.

João Gumes concordaria, trinta anos depois, com as dificuldades de locomoção de pessoas e mercadorias pelas estradas do alto sertão. Comenta no “A Penna” sobre os precários meios de transporte que serviam ao município de Caetité, ineficientes para o século do “cosmopolitismo” e do “progresso”, que exigia do homem contemporâneo “estar a toda parte ao mesmo tempo”:

Assediada por serias dificuldades, desanimada diante dos exiguos lucros que dá-lhe o seu pesado mourejar porque, se há

olham do alto e nos querem beneficiar [...]”. Surto de Progresso. O Dever, Caetité, Ano III, n. 63, p. 1, 27 jun. 1958. O jornal “O Dever”, editado por Maurício Bonard dos Santos Gumes, neto de João Gumes, circulou entre os anos de 1955 a 1958, era impresso em Caetité, e tinha por lema ser um “orgam de interesses gerais”.

³⁵ O pequeno povoado de Machado Portela situava-se no distrito de Tamburi, que pertencia ao município de Maracás. Tamburi foi elevado à categoria de município, em 1962, e o seu topônimo foi modificado para Marcionílio Souza. No ano de 1888, foi inaugurada a estação ferroviária de Machado Portela que ligava o sertão ao Recôncavo baiano.

relativa abundancia, a falta de meios de exportar os productos dá lugar a desvalorisação [...]

E a estrada de ferro, o pequeno trecho da Central, que tanto nos servia, torna-se hoje imprestavel. Sendo o unico escoadouro como é, por onde exportamos e importamos, lá permanece nas Columnas de Hercules de M[achado] Portella sem tomar a resolução de penetrar rapidamente o amago do sertão.³⁶

As descrições de Durval Vieira sobre a economia de Caetité diferem das observações realizadas por Teodoro Sampaio, apesar da proximidade do período de suas visitas ao município. A região sofria com uma estiagem prolongada e a situação não era aprazível:

[...] é preciso confessar que apesar da boa educação e agrado d[os] moradores, não há sociabilidade nem divertimentos relativos à civilização de um lugar que em algum tempo se chamou a *Corte do Sertão*. Por este motivo torna-se a cidade perfeitamente monótona, especialmente à noite; demonstrando uma incontestável decadência, ainda mais confirmada não só pelo decréscimo numérico dos moradores, como indica a grande quantidade de casas vazias ou em ruínas, que se nota em todas as ruas, mas também pelo enfraquecimento do comércio, hoje muito reduzido, por diversas lojas fechadas e seus donos mudados para outros pontos (AGUIAR, 1979, p. 185, grifo do autor).

Dificuldades conjunturais estimularam a migração nos sertões da Bahia. As estiagens e secas constantes deslocaram sertanejos de suas regiões de origem. No entanto, é preciso considerar que a falta de chuva não era incomum à vida no alto sertão e os inventários e outros relatos de viajantes indicam que a economia manteve-se dinâmica e ativa. O tráfico interprovincial, a exemplo de outro fator de deslocamento populacional, provocou mudanças socioeconômicas, mas não sugere uma redução da população a ponto de estrangular a produção na lavoura e na pecuária. Evidências empíricas permitem inferir que a economia manteve fôlego suficiente para assegurar a permanência de padrões de riqueza elevados.³⁷

³⁶ GUMES, João Antônio dos Santos. As Estradas. São ellas o elemento do qual depende em primeiro lugar o nosso progresso. Somos um povo desconhecido. *A Penna*, Caetité, AnnoIII, n. 63, p. 1, 25 jun. 1914.

³⁷ Ver em Pires (2009) excelente abordagem sobre o tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia e relação com a dinâmica da economia.

A migração de sertanejos em busca de outras oportunidades de trabalho ou enriquecimento tornou-se assunto de discussão por autoridades públicas e membros da elite intelectual baiana. As províncias do Sudeste, em especial a de São Paulo por sua expansão industrial, constituíram-se em centros de atração com “promessas” de acesso ao “trabalho fácil” e ao “ganho rápido de dinheiro”. Mas, considera Pires (2009, p. 280, grifo da autora),

[...] o deslocamento para regiões mais distantes, a exemplo de São Paulo, nem sempre foi definitivo [...] Diante das dificuldades de se adaptarem aos ritmos de vida e de trabalho, privados da companhia de parentes e amigos, muitos preferiram voltar para as suas regiões de origem, onde estavam acostumados à peleja cotidiana da sobrevivência acalentada pela camaradagem de animados encontros. Outros mais partiam para São Paulo apenas a fim de cumprirem contratos temporários; encerrado o compromisso, retornavam com as economias que conseguiam amealhar. O retorno, no entanto, nem sempre era definitivo; o *ir-e-vir* foi uma constante demanda da sobrevivência.

Das anotações de Durval Vieira (1979, p. 181-184), há mais relatos da economia do município. Nota sobre a feira, “um tanto acanhada”, a abundância de cereais, mas “por preços ridículos”. E sobre as lavouras e criações, exuberantes no período chuvoso, este viajante destaca a criação de gado cavalariço e vacum; as lavouras de milho, feijão, mandioca, fumo, algodão e o cultivo de frutas diversas; a existência de algumas engenhocas e alambiques que fabricavam cachaça, açúcar, rapadura, farinha e requeijões. No entanto, “[...] tudo ainda acanhadamente às necessidades do consumo”, e o que se exportava por tropas, a exemplo do algodão, “[...] é feita mais como lastro, do que como negócio, visto que para uma remessa constante o frete absorveria os lucros”. Menos de uma década depois, os registros em inventários *post mortem* documentam uma movimentação econômica mais acolhedora.

Teodoro Sampaio (2002, p. 213-214, grifos do autor e nosso) chegou a Caetité por ocasião das festas de Reis. Nos quatro dias que permaneceu na “rica” cidade, “[...] cujo aspecto é deveras grato ao viajante que vem do sertão”, documentou uma economia que se diferia das vilas, povoados e lugarejos até então percorridos:

Visitando pela manhã o mercado da cidade, que parecia **uma feira bastante freqüentada**, notei, além dos requeijões, couros

e outros produtos da indústria pecuária, abundância de legumes, batatas-inglesas, batatas-doces, inhames, hortaliças, abóboras, melões excelentes, grandes e boas melancias, mendubis, muito milho, arroz, feijão, rapadura, açúcar, excelente farinha de mandioca que, segundo me informaram, é aqui a produção mais avultada, principalmente na freguesia de Umburanas, nos distritos dos *Furados* e de *Caculé*, no rio do Antônio, exportando-se dela em tão larga escala para outros municípios que com razão se considera Caetité o **celeiro pródigo destes sertões**.

Os relatos de outro observador do sertão, Pedro Celestinoda Silva (1932, p. 163-173), revelam “a breves traços” aspectos da sua situação econômica: “Caetité com justo motivo, tornara-se o celeiro pródigo desses sertões”. Nota quanto à pecuária, que a criação do “gado vaccum” remonta a tradição antiga estimulada pelo comércio do “corte, das pelles, couros e lacticínios”. Exportava-se gado, “couros seccos”, “pelles”, “solla”, algodão, borracha, feijão, arroz, milho, toucinho, rapadura, requeijão, aguardente. Importava-se “fazendas nacionaes e estrangeiras”, molhado, ferragens, miudezas, drogas, “phosphoros”, calçados, louça, “kerozene”, gasolina, “productos pharmaceuticos”.³⁸

Impressionado com o “Mercado” da cidade, Pedro Celestino relata uma exposição agropecuária realizada em 12 de maio de 1918, “por iniciativa da Sociedade Evolutiva de Caetité”, que testemunhava sua “opulenta fonte de riquezas”. Na praça do “Mercado” foram expostos “touro de raça, animaes de diferentes especies”, e em seu recinto produtos agrícolas e industriais. O artesanato e a culinária local foram exibidos no Paço Municipal: “[...] centenas de objectos artisticos,

³⁸ Cf. Silva, 1932, p. 163-173. Sobre a agricultura, detalha outras culturas cultivadas nas fazendas, roças e sítios: mandioca, arroz, feijão, milho, café, fumo, ervilha, batata doce, “andú”, fava, frutas, hortaliças, verduras – “abobora”, quiabo, “chuchú”, maxixe, taioba, couve, alface, coentro, “giló”, nabo, tomate, “cebolla”, hortelã, alho, pimenta malagueta, pimenta de cheiro, pimentão. Nos quintais, e também nos sítios, “grande é o cultivo das plantas fructíferas e alimentares”: laranja, lima, limão, tangerina, araçá, “genipapo”, maracujá, jaca, “jaboticaba”, mamão, manga, “fructa do conde”, “pecego”, marmelo, pitomba, abacate, caju, banana, “fructa-pão”. As flores “[...] são a fonte de gosos [e] merecem grande carinho dos amadores; revelado em bens cuidados canteiros; em quintaes, em jardins tratados com muito esmero e gosto [...]”: rosa, cravo, “dhalia”, cravina, saudades, amor perfeito, bogari, sempre viva, murta, flor de cera, “camelia”, boas noites, “angelica”, bonina, alecrim, “mangericão”, malva cheirosa, “myosolis”, mal-me-quer, jasmim, “madresilva”.

prendas, doces, bebidas, minerios, recebendo os expositores os mais francos louvores dos visitantes”. Outros municípios marcaram as suas presenças, como os de Bom Jesus dos Meiras (atual município de Brumado) e “Jacaracy”. Os expositores mais destacados receberam prêmios por seus ofícios exitosos.³⁹

Os relatos de viajantes e inventários evidenciam a existência de uma economia diversificada no alto sertão e caracterizada por uma pecuária e lavoura que produziam para o abastecimento interno e para exportação; uma agricultura que alimentou a população pobre do sertão e cujos excedentes transportados em carros de boi e em bestas embruacadas, eram vendidos nas pequenas e nas mais ativas feiras locais; um comércio de produtos para exportação e de importados que intensificava o contato com o litoral. Atividades como a criação de gado e a lavoura, os pequenos engenhos, alambiques e casas de farinha, a “indústria” extrativa de sal, ametista e demais minérios, os empréstimos a juros e o tropeirismo dinamizaram a economia do alto sertão e mantiveram padrões de enriquecimento para parcela reduzida da sua população no final do século XIX e início do XX.

Considerações finais

Relatos de viajantes e inventários flagram negociantes nas estradas dos sertões baianos tocando as suas tropas com produtos da lavoura e pecuária para os mercados da região, do Recôncavo baiano e de Salvador. Entre as veredas do sertão da Bahia, alguns criaram fortunas com o abastecimento de mercados internos. As fontes indicam para um comércio bastante ativo de exportação da produção agrícola (a exemplo do gado, peles, borracha, algodão, farinha de mandioca, rapadura e aguardente) e importação de mercadorias manufaturadas (fazendas secas, bebidas, alimentos enlatados, medicamentos, ferragens e miudezas, dentre outras).

Inventários indicaram uma evolução acentuada do patrimônio de negociantes mais abastados e de grandes fazendeiros, que foi acompanhada por um aumento gradativo da desigualdade social e forte concentração de renda. Com a agricultura para a exportação, para o

³⁹ Sobre a feira no dia de sábado, Silva (1932, p. 173) comenta: “O mercado é bem movimentado, encontrando-se os generos da grande e pequena lavoura: feijão, arroz, milho, carne do sol, toucinho, farinha de mandioca, e de milho, tapioca, assucar, rapadura, café, queijos, requeijões, couros, pelles, algodão em rama, utensilios de chifre, balaios, esteiras, chapéus, legumes e verduras, frutas diversas, tudo com fartura, nos annos em que ha abundancia de chuvas [...]”

abastecimento de mercados internos e o comércio, os proprietários mais ricos mantiveram um padrão econômico elevado. Situação possibilitada pela articulação da economia do alto sertão com a do litoral agroexportador.

Notícias de viajantes que percorreram os sertões da Bahia evidenciam antecedentes conjunturais da sociedade e economia de Caetité, bem como a localização de unidades de produção (fazendas, sítios, roças, povoados) e rotas de comércio. Ao revelarem em seus percursos as intempéries de viagens das tropas, os viajantes fornecem outros indícios do comércio pelas veredas do sertão.

No cruzamento das fontes, verificou-se que o investimento em diversas atividades econômicas era uma forma de driblar as perdas com os altos custos dos fretes; vencer as longas distâncias das estradas do sertão; minimizar os prejuízos em atividades vulneráveis às secas; e, precaver-se à instabilidade das conjunturas econômicas do país.

As viagens a negócios no lombo de mulas e burros arreados asseguraram o abastecimento interno de mercados nos sertões baianos. Esteio da sociedade e economia do alto sertão, as tropas criaram fortunas e estabeleceram fortes laços com o litoral portuário, províncias do Sul e demais regiões.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 14, abr. 2000, p. 32-71.
- AZEVEDO, Paulo O. D. de. (Coord.). Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Salvador: IPAC, Secretaria da Indústria e Comércio, v. 4, 1980.
- BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

- DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild; Fapesp, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 57-72.
- d'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 261-278.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 12, abr. 1999, p. 104-112.
- _____. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). In: *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1996, p. 132-150.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.
- _____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: UFBA; UEFS, 1998.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de cima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

- SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana*. Caetité, 1940-1960. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuaría e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997, p. 119-156.
- SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Historicas e Geographicas do Municipio de Caetité. In: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. nº 58. Salvador: Secção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932, p. 93-294.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Através da Bahia - Excerptos da obra Reise in Brasilien*. Traduzidos a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- _____. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. ed. (1. ed. 1823, 1828 e 1831). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. In: *Revista de História Regional* (Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa (PR), v. 2, n. 2, inverno 1997, p. 81-119.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 33, n. 2, abr.-jun, 2003, p. 353-393.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49-130.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. Veredas dos sertões da Bahia: economia e vida material nos relatos de viajantes. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2013, vol. 21, n. 1, p. 180-208, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Veredas dos sertões da Bahia: economia e vida material nos relatos de viajantes*). Relatos de viajantes e exploradores que percorreram o sertão da Bahia registram aspectos da economia e modos de vida da população sertaneja. Contribuem singularmente para a compreensão das condições socioeconômicas que antecederam o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Percorrer, com os viajantes, as veredas do sertão visa localizar unidades de produção, rotas de comércio e documentar intempéries de viagens de tropas. Revelam, no cruzamento com os inventários *post mortem*, a dinâmica da economia do alto sertão da Bahia e a manutenção de padrões de riqueza elevados.

Palavras-chave: Alto sertão da Bahia, economia, sociedade, viajantes.

Abstract: (*"Veredas" in the Bahia backlands: economy and material life in travelers' accounts*). Reports of travellers and explorers who traveled the backlands of Bahia record aspects of the economy and lifestyles of the rural population. They uniquely contribute to the understanding of the social and economic conditions leading up to the end of the 19th century and the first decades of the 20th. To go with travelers, the paths into the backlands seek to locate production facilities, trade routes and to document bad conditions faced in the travels of mule trains. They reveal, by cross-examination with *post-mortem* inventories, the dynamics of the economy of the high backlands of Bahia and the maintenance of high standards of wealth.

Key words: Bahia high backlands, Economy, Society, Travelers.